

AS IDEOLOGIAS E O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM NOSSO PAÍS

Iremar Sebastião dos Reis

1 Introdução

Desde a colonização do Brasil, o ensino de língua estrangeira tem sido ofertado à população, embora sofrendo contínuas mudanças no currículo escolar, de forma a podermos perceber um processo histórico de dupla importância, no qual em alguns momentos evidencia-se certo prestígio à essa disciplina e em outros momentos, um certo descrédito com relação a sua importância dentro do contexto ensino-aprendizagem em nossas escolas.

Com o passar do tempo ampliou-se o número de línguas no currículo, além de diferentes métodos e técnicas utilizados para seu ensino. Na atualidade o ensino de Língua estrangeira passou a ser obrigatório nas escolas, e em algumas delas, chega-se a ofertar até mais de uma língua, na busca de promover o conhecimento do mundo globalizado em que vivemos e na tentativa de inserir o cidadão nessa sociedade na qual entender mais de uma língua se tornou necessária.

Mas por que o ensino de língua estrangeira, apesar de estar sendo ofertada há tanto tempo em nossas escolas, ainda hoje nos deixa com um sentimento de que estamos tão distantes de alguns países em que o bilinguismo já se tornou uma questão natural? Por que a sensação de muitos alunos, após terem estudado Inglês por anos, ao final do ensino médio, aprenderam tão pouco? Existe alguma ideologia por trás dessas questões que corrobora para a pouca eficácia do ensino de língua em nossas escolas? Como as ideologias afetam o ensino de línguas nas escolas? Essas ideologias são subjacentes ao sistema de ensino ou ao profissional de educação que trabalha com as línguas estrangeiras? Serão as concepções de língua e linguagem do profissional de educação em língua estrangeira formadas ideologicamente?

Partindo de Bakhtin (2004), na sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, entendemos a língua como o autor a entende, ou seja, como um fato social cuja existência se fundamenta nas necessidades da comunicação. Desse modo, o autor valoriza a fala não de forma individual, mas na sua forma coletiva, como um instrumento de comunicação, capaz de mexer, de relacionar-se diretamente com as estruturas sociais.

Assim, o ensino de línguas, tanto materna, quanto outra, precisa ter como principal característica promover a comunicação do aluno por meio do uso da língua estudada, mesmo

que esse uso não se restrinja somente a conversação com um falante nativo, mas também interagindo por outros meios como texto, internet etc.

Na concepção de Bakhtin (2004) a palavra é um instrumento para se confrontar e mediar conflitos, podendo ser usada também na relação de poder entre os que a possuem e os que não a possuem, numa relação direta entre dominadores e dominados, entendendo o autor “que os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior de um mesmo sistema” (p.14).

Dentro desse contexto entendemos que o ensino de uma língua estrangeira é extremamente importante para nossa sociedade, porque estamos convivendo com um mundo globalizado, cujas informações nos chegam mediante vários tipos de canais, nos chegam a todo instante, sem que muitas vezes percebamos. E ainda mais o inglês, como língua franca do mundo, praticamente alcança uma importância sem tradução. Se a palavra é um instrumento para mediar conflitos, se muitos conflitos pelos quais passamos hoje em dia têm origem em países onde a língua é diferente da nossa, como poderemos mediar e defender nossos interesses sem que tenhamos conhecimento dessa língua? Como poderemos ser cidadãos do mundo, se não formos capazes de nos comunicar com as pessoas do mundo? Como relacionarmos socialmente num mundo globalizado sem que façamos uso de outras línguas além da nossa?

Para Bakhtin (2004, p. 16),

a palavra é o signo ideológico por excelência, ela registra as menores variações das relações sociais, valendo tanto para os sistemas ideológicos constituídos quanto para os sistemas ideológicos do cotidiano onde se forma e se renova as ideologias constituídas.

Um debate dessa natureza nos leva a pensar na questão da ideologia da palavra, ideologia entendida aqui como “um conjunto de máximas e preconceitos que constituem, ao mesmo tempo, uma visão de mundo e um sistema de valores” (Culler, 1975, p.144), na força que a palavra ideológica pode ter, de forma a causar interferências consideráveis, tanto no ensino de línguas em nossas escolas, quanto nas próprias pessoas participantes desse processo, ou seja, alunos e professores, por meio do uso da língua durante a comunicação. Não obstante a força ideológica da palavra parece-nos pertinente recorrer à escola marxista no sentido de procurar entender a ideologia como um conjunto de ideias que atuam de maneira coercitiva no campo dos interesses sociais e em situações mais diversas da ação do homem na tentativa de maquiagem as suas ações. Conforme Ghiraldelli Jr, (2002, p. 25), “Marx não fez por

menos. Inventou a noção moderna de ideologia e com isso quis dizer que o homem pode ter consciência de suas ideias e atos sim, mas uma falsa consciência”. Contudo, por meio da ideologia a tarefa da educação parece tomar a palavra como meio de universalizar conceitos e paradigmas cuja finalidade pode ser o de massificar uma cultura em detrimento de outras, escamotear situações conflitantes dando-lhes a falsa aparência de veracidade em sua origem e seus propósitos. Para problematizar ainda mais a centralidade desse embate sobre a força coercitiva da ideologia, ainda, segundo Marx, “o homem age como falso sujeito, pois não é de fato senhor de seus pensamentos nem é responsável único pelos seus atos”, (idem, p. 25). Aqui, a palavra toma sua força ideológica na medida em que está sempre a serviço de quem com ela exerce o poder de manipulação e auto deliberação de interesses individuais ou coletivos sempre na tentativa de justificar a necessidade irrefutável dos seus atos.

Sobre a questão da força da ideologia sobre a língua, Bakhtin afirma que:

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a “atividade mental” que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas essas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação (BAKHTIN, 2004, p. 16).

Na maioria das vezes, é pelo fato de poder comunicar com pessoas diferentes que se estuda uma língua estrangeira, pois quando há a facilidade da comunicação, permite-se ter mais oportunidades de ascensão, ter acesso a melhores empregos, viajar para outros países, conhecer outras culturas etc. A faculdade de linguagem é, nesse caso, o instrumento para mudarmos nosso modo de vida, de forma a ampliar nossos horizontes de conhecimento e buscar um tipo de vida mais interessante. A faculdade de linguagem passa a ser um facilitador na forma do cidadão agir.

Mas e quanto àqueles que até de forma radical questionam o ensino de línguas estrangeiras, argumentando que o aluno brasileiro mal consegue aprender o português? Muitas pessoas argumentam que ensinando línguas estrangeiras estamos de certa forma valorizando o que é dos outros, em detrimento nos nossos próprios valores, valorizando culturas diferentes da nossa quando na verdade nossa própria cultura fica às vezes esquecida. Outras pessoas colocam em dúvida se o estudo de uma língua estrangeira tem mesmo a capacidade de alterar a participação dos nossos alunos menos favorecido no cenário globalizado que nos encontramos hoje. Levantam a dúvida se as crianças de rua, a população carente tão numerosa em nosso país, os favelados e tantos outros excluídos podem ser beneficiados pelo ensino de uma língua estrangeira. Essas indagações e argumentações fazem

parte do repertório daqueles contrários a ideia de que ensinar uma língua estrangeira possa trazer muitos benefícios para o estudante, para a sociedade e para o próprio país. De fato não podemos mesmo prever quantos nem quais alunos podem ser beneficiados por meio dos estudos (Oliveira, 2010), e nem temos o direito de fazer escolhas baseadas em fatos e questionamentos imprevisíveis, como os questionamentos e as argumentações citadas anteriormente.

Nesse contexto a autora afirma que “[...] ensinar línguas estrangeiras a uma criança carente pode contribuir para torná-la menos carente. Por outro lado, a decisão contrária equivale a dizer-lhe que deverá continuar carente, e que não merece outro destino (OLIVEIRA, 2010, p.44)”.

Contrário aos primeiros questionamentos, ou seja, acreditando na importância do ensino de línguas às nossas crianças e adolescentes, poderíamos também indagar aos nossos interlocutores, algumas questões para uma reflexão mais aprofundada dentro do contexto.

Será que as redes de ensino têm autonomia de não ensinar uma língua estrangeira nas escolas hodiernas? A língua portuguesa por si só consegue suprir as demandas que o mundo globalizado nos impõe? É possível suprir os objetivos da comunicação internacional usando somente o português? Como podemos prosseguir com os estudos em nível superior sem o uso de leituras e literaturas de línguas estrangeiras? Há cidadãos do mundo monolíngue?

Ora, não podemos esperar que o português nos baste, mesmo porque o português não é difundido amplamente como uma língua internacional falada em todos os continentes, restringindo-se ao Brasil na América do Sul, a Portugal na Europa e alguns países da África como Angola e Moçambique. Além do mais, precisamos das línguas estrangeiras para a busca de informações, para conhecermos e assimilarmos outras culturas diferentes da nossa, sem que isso signifique dependência ou subserviência a outra nação e muito menos um subdesenvolvimento intelectual por nossa parte (CARPENTIER, 1971).

As línguas estrangeiras estão cada vez mais presentes em nosso país, tornando-nos parte da comunidade internacional, ocupando os meios de comunicação, os negócios, sendo essencial seu conhecimento no mundo acadêmico e refletindo em toda sociedade. Entendemos que o fato de estudar uma língua estrangeira não garante a ascensão de todas essas pessoas, não significa mudança de poder econômico para todas elas, nem tampouco de nível cultural para os envolvidos no processo dentro desse contexto. Contudo, como afirma Rajagopalan (2003, p.65), “com raríssimas exceções, sempre se pensou que só pode haver um único

motivo para alguém querer aprender uma língua estrangeira: o acesso a um mundo melhor”. O autor afirma ainda que:

As pessoas se dedicam a tarefa de aprender línguas estrangeiras porque querem subir na vida. A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta. Tanto isso é verdade que a palavra “estrangeira” é comumente reservada para qualificar outra língua que conta com mais respeitabilidade que a língua materna de quem fala – por mais incrível que pareça a primeira vista (RAJAGOPALAN, 2003, p.65).

Mas como saber de fato qual a solução para todas essas indagações anteriores? Como conseguir beneficiar todos, através dos estudos? Não temos respostas prontas a muitas questões.

Mas uma reflexão nos parece correta; não é promissora a idéia de ficarmos parados dentro do nosso “mundinho”, usando somente nossa língua, alargando os campos da xenofobia e do preconceito sobre os estrangeirismos, pensando que conseguiremos nos moldes de hoje termos êxito em nossa tentativa de evolução. A teoria dos atos de fala de Austin não cansa de lembrar que a linguagem é uma forma de ação, isto é, por meio das palavras realizamos atos (MARCONDES, 2009) e nada será resolvido na vida das pessoas sem a prática efetiva de nossas ações. Dessa forma, quanto mais línguas pudermos adquirir e dominar, maior a probabilidade de colocarmos em prática ações que contribuam para o nosso próprio desenvolvimento como pessoas inseridas nessa nova sociedade globalizada.

Ensinar uma língua estrangeira a uma pessoa pode torná-la mais reflexiva, mais consciente, dar-lhe instrumentos para avaliar as ideologias embutidas no agir e no ser profissional de cada âmbito, já que a ideologia atua em todos os campos da vida humana. Saber se desviar das armadilhas que algumas ideologias nos impõem, pode contribuir de diversas formas na consolidação de um novo destino para essa pessoa. Negar o ensino de língua estrangeira aos nossos estudantes é, ao contrário, negar-lhes a própria chance de mudarem seus destinos por meio da educação ou mesmo de participação efetiva na sociedade da qual estamos inseridos.

2 Ideologia

Uma assertiva atual sobre a ideologia é de que ela esteja permeando a educação de nossas crianças e adolescentes, e, por consequência a aprendizagem das línguas estrangeiras nas escolas. Para que se afirme ou refute essa assertiva, discorre-se abaixo sobre a sua existência e os modos como opera nas ações comunicativas dos seres sociais, como opera para a manutenção do poder dos grupos hegemônicos.

Segundo Thompson (2002), a ideologia é considerada a ciência das ideias, genealogicamente a primeira ciência, pois todo conhecimento científico envolve a combinação de ideias, sendo ela também a base da gramática, da lógica, da educação. Ainda de acordo com o autor, Destutt de Tracy foi o primeiro estudioso a usar o termo, em 1796, para descrever seu projeto de nova ciência interessada em análise sistemática das ciências e sensações. Tracy e seus colegas partilhavam uma ideia de perfeccionismo dos seres humanos por meio da educação e do método de analisar as sensações e as ideias.

O conceito de ideologia também foi muito trabalhado pelo filósofo alemão Karl Marx, que ligava a ideologia aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante. Para Marx, a ideologia da classe dominante tinha como objetivo manter os mais ricos no controle da sociedade (THOMPSON, 2002).

Bakhtin (2004) reforça a assertiva marxista ao relacionar a ideologia à superestrutura. Segundo ele, se a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia, e, portanto, na língua que as veicula. “A palavra serve como ‘indicador’ para as mudanças”, conclui Bakhtin (2004, p.17).

De acordo com Thompson (2002), a ideologia pode operar em modos gerais, com algumas estratégias típicas de construção simbólica, a saber:

- Legitimação – racionalização (apelo à legalidade de regras dadas); universalização (acordos que servem para alguns apresentados como servindo ao interesse de todos); narrativização_(conta o passado como e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável).
- Dissimulação - deslocamento (termo costumeiramente usado para se referir a um objeto ou pessoa, usado para se referir a um outro); eufemização_(relações ou ações descritas de modo a despertar valorização positiva, (“restauração da ordem”); tropo (Uso figurativo da linguagem).

- Unificação - estandarização ou padronização (formas simbólicas adaptadas a um referencial padrão); simbolização da unidade (construção de símbolos de identidade e de identificação coletiva, como bandeiras, hinos, emblemas).
- Fragmentação - diferenciação (ênfase nas distinções de pessoas ou grupos); expurgo do outro (construção de um inimigo externo ou interno).
- Reificação - naturalização (criação social ou histórica tratada como acontecimento natural) - (como a divisão instituída entre homens e mulheres no trabalho); eternização (fenômenos sócio-históricos esvaziados de seu caráter histórico, apresentáveis como imutáveis e recorrentes); nominalização/passivização (os participantes de uma ação são transformados em nomes); na passivização os verbos são colocados na voz passiva (“o suspeito está sendo investigado”), apagamento dos atores.

Nota-se assim, a capacidade que a ideologia tem de operar nas questões educacionais de nossas crianças e nossos jovens, ideologia aqui entendida também como “um conjunto de preceitos teóricos e pseudo-científicos (...) de “princípios estratificados destinados a justificar privilégios possibilitados pela opressão” (Lyra,1979, p.41), diante de tantas estratégias as quais estamos sujeitos a exposição na maioria das vezes de forma inconsciente, mas que altera todo um modo de pensar e agir por meio da língua, durante a comunicação.

3 O ensino de língua estrangeira nos currículos de nossas escolas

O ensino de línguas estrangeiras nos currículos das escolas brasileiras tem passado por sucessivas mudanças, quer na questão da oferta dessa disciplina, quer na questão das séries nas quais as línguas estrangeiras são ofertadas, ou também de ordem de obrigatoriedade ou não dessa disciplina nos currículos tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio; mas o fato é que, com o decorrer dos anos o ensino de línguas estrangeiras no Brasil, tem tido avanços e retrocessos (Almeida Filho, 2007), pois, se num certo momento parece estar sendo valorizado, em outros parece estar em desprestígio como o que acontece na atualidade.

Para esclarecer melhor esse subtema, faremos um breve histórico do ensino de línguas no currículo escolar brasileiro, com o objetivo de evidenciar durante as mudanças por que passaram as disciplinas das escolas, ocasiões em que se privilegiava o ensino de língua estrangeira, e da mesma forma, ocasiões na qual ao contrário, esse privilégio parecia estar sendo desconsiderado.

De acordo com os estudos de Donnine (2010), em 1855 quando se tem o início oficial do ensino de línguas estrangeiras em nosso país, eram ofertados o inglês, o francês e o alemão em caráter obrigatório e o italiano em caráter facultativo. O enfoque de tais disciplinas era na tradução e gramática, já que o objetivo naquela época era facilitar o acesso dos estudantes a textos literários estudados nessas respectivas línguas.

Há que se lembrar que nesse período o latim e o grego clássico também eram obrigatórios, oferecidos durante um ano, mas 60 anos depois o grego é retirado do currículo e as línguas oferecidas reduzidas para duas: francês e inglês ou alemão.

A carga horária do latim é diminuída, bem como o incentivo ao ensino de línguas. Nesse período é oficialmente recomendado o método direto¹ como o método para se ensinar línguas em nosso país, uma mudança significativa, como forma de ensinar uma língua usando essa própria língua, mudando o objetivo do ensino para a habilidade oral, já que o método direto pressupõe que língua é fala, é ideia que vem ao encontro do que defende Bakhtin (2004, p.14), “que valorizava justamente a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social”. Nesse contexto, a Reforma Francisco de Campos² parecia ser benéfica aos estudantes, já que isso pressupunha uma melhoria no ensino de línguas, com professores fluentes e preparados em suas metodologias, capacitando o aluno aprender muito mais do que antes, o que na prática não foi bem assim, em razão da dificuldade dos professores com a mudança repentina de método e também porque muitos deles não se encontravam preparados para tal mudança.

Na década de 1940, com a instituição de duas modalidades de ensino: o clássico e o científico, as línguas estrangeiras deram um salto significativo no currículo escolar, aumentando o número de aulas semanais, passando a ser obrigatório, com pouca diferença na oferta de uma ou outra língua entre as séries do ginásio e do colégio. O método direto continuou a ser o método de aprendizagem, porém notava-se que a oralidade era trabalhada mais como leitura de textos do que como uma fonte de aprendizagem rumo à comunicação, contrariando o próprio objetivo da “Reforma Francisco de Campos” que impunha tal método.

Mais tarde com a LDB³ de 1961, as línguas estrangeiras mais uma vez sofrem mudanças no currículo escolar, passando de obrigatórias para facultativas. Na prática, a oferta

¹ Método adotado para o ensino de Línguas Estrangeiras Modernas, sintetizado na portaria de 30 de junho de 1931, do Ministério da Educação e Saúde Pública, como “o ensino da língua estrangeira na própria língua estrangeira”.

² Primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos (1931).

³ Lei de diretrizes e bases 4.024 de 1961 da educação brasileira.

de línguas nas escolas diminuiu, bem como a eficiência no seu aprendizado, perdendo status para as outras disciplinas, sendo encarado por muitos como uma mera atividade, sem muita importância na formação dos estudantes.

Atualmente, a partir da LDB⁴ de 1996, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira passa a ser obrigatório tanto no ensino fundamental a partir do 6º ano, quanto no ensino médio, ficando a cargo de cada escola, escolher a língua a ser estudada de acordo com suas necessidades e possibilidades de oferta.

Na maioria das escolas o Inglês prevalece como a língua estrangeira mais estudada como a segunda língua, dado a sua importância no cenário mundial, principalmente pelas questões econômicas ligadas a essa língua e claro por ser a língua da internet, da música, dos negócios, como se pode perceber. O espanhol também ganha importância, principalmente depois da criação do MERCOSUL⁵, e também pelo fato de possuímos fronteiras com países da América do sul onde o espanhol é a língua oficial.

Para Almeida Filho (2007, p.37),

o governo do país ou dos seus estados terão de lidar frequentemente com questões sobre quais línguas estrangeiras devem ser ensinadas nas escolas, quais os seus objetivos gerais ou as justificativas para tal e quais os métodos mais fundamentados de implementação de suas decisões.

O autor afirma ainda a importância da participação das partes interessadas (isto é, pais, alunos, professores, Conselho Estadual de Educação e público interessado) nessas decisões formando uma verdadeira política educacional para as línguas.

Mesmo assim, tal participação ainda não chega a ser realidade de uma forma geral em nosso país, onde ainda é preciso muita conscientização para que as partes interessadas citadas acima, se vejam de fato na necessidade desse envolvimento, entendendo que a união e a participação dos diversos setores da sociedade em prol da educação, é a forma mais eficaz de alcançar êxito na solução de nossos problemas relacionados a esse tema.

4 A situação atual do ensino de línguas

Com base nos estudos de Almeida Filho (2007), ensinar uma língua estrangeira é viabilizar a aproximação do aluno ao conhecimento de outra língua, levando em conta a

⁴ Lei de diretrizes e bases nº 9394 de 1996 da educação brasileira.

⁵ Mercado Comum do Sul – Bloco econômico da América do Sul criado em 1991 pelos países participantes: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

cultura do país da língua alvo e os interesses que esse aluno possui para estudar tal língua. Ao longo da história, podemos perceber o aspecto formal do estudo de línguas estrangeiras em nossas escolas, por meio do uso sistêmico da língua alvo, estudados em situações de diálogos e leituras de textos. Parece-nos que apesar de tantas mudanças das quais já comentamos anteriormente, o ensino de línguas ainda não conseguiu um salto qualitativo, no qual por exemplo o aluno ao fim do ensino médio, tivesse uma maior capacidade e a habilidade de se comunicar em outra língua, levando-nos a crer que apesar de tanto tempo depois do início do ensino de língua em nosso país, continuamos a praticar o mesmo velho e conhecido método de tradução e gramática em nossas escolas.

Mas quais são os problemas do ensino de línguas em nossas escolas?

Almeida Filho (2007) aponta os problemas relacionados à ambientes, professores, material didático e prática profissional, num diagnóstico do presente em nosso ensino, de acordo com os próprios professores da rede pública quando colocados a refletir sobre suas condições de trabalho.

No que se refere a ambientes, o autor comenta que o ensino de línguas se encontra hoje desvinculado da realidade do aluno, a gramática normativa das línguas estrangeiras ainda é o foco principal dos estudos com pouca ênfase ao uso da língua em outras situações importantes, o que podemos traduzir como um ensino baseado somente na concepção de língua como língua culta ou língua padrão. As situações comunicativas, os ambientes de circulação ou variação e adequação língua contexto não são muito usuais nas aulas de língua estrangeira. Poucos são os professores que munem-se teoricamente e lutam contra as ideologias de que a normatividade é que se traduz como conhecimento do funcionamento das línguas.

As salas de aula têm poucos materiais para as atividades e dos materiais que existem, aproveita-se pouco, por desconhecimento do professor ou outras causas parecidas (ALMEIDA FILHO, 2007).

Do ponto de vista dos professores, os principais problemas apontados por Almeida Filho (2007) são: a falta de motivação, a falta de estímulo, o despreparo, a má formação, o pouco acesso a cursos de especialização e a falta do auxílio do governo no que tange a envio de materiais para uso em sala de aula.

Outro problema enfrentado, segundo o autor, é com relação ao material didático, em que a ausência do livro didático acontece em muitas escolas, em outras o professor fica muito

preso ao livro e trabalhando quase sempre a partir da gramática normativa das línguas, deixando os recursos tecnológicos de lado, os textos diversos, os meios também diversos, o universo linguístico se restringe à escolarização e pronto. Isso desmotiva os alunos; os professores como uma avalanche tornam-se desmotivados, acomodados com as ideologias que subjazem ao sistema, como a reificação pela naturalização do fato de que o falante precisa ser habilidoso em sua língua e que a segunda língua é de difícil aquisição, também pela eternização, ou melhor, como coloca Thompson (2002), fatos educacionais são esvaziados de seu caráter histórico, apresentáveis como imutáveis, pois, o aprendiz sempre foi visto como massa e nessa massa há aqueles com mais e com menos habilidade para certos ensinamentos e aprendizagens escolares. Assim, as verdades sobre os investimentos na educação do povo e a instrumentalização dos profissionais que lidam com o ensino não são mostradas de forma clara.

E quanto à prática profissional, Almeida Filho (2007) coloca que os maiores problemas estão relacionados ao excesso de trabalho dos professores, que muitas das vezes acumulam funções, prejudicando a dedicação específica à de lecionar, além da falta de oportunidade de contato com a língua alvo dentro de outros contextos sócio-históricos. Também esses são formados dentro de uma ideologia de legitimação da idéia de ser poliglota em língua materna, reconhecendo nelas as variedades e contextos das variedades, “mas a variedade culta é que faz o sujeito ascender socialmente”, assim, restringe o ensino da Língua materna e da estrangeira a essa variedade linguística.

E todos esses problemas parecem ter uma ligação direta ou indireta com ideologia, no seu conceito menos crítico possível, ou seja, o de ideias muitas vezes preconceituosas baseadas numa visão de mundo e num sistema de valores próprios de algum sujeito, que acreditando estar com a verdade, distribui para a sociedade tais conceitos.

Existe ainda, uma ideologia marcante no que se refere à valorização demasiada de outros países e de outras culturas sobre a nossa (Rajagopalan, 2003), até mesmo por parte de alguns professores, como se tudo que vem de fora fosse superior ao que temos. Tal pensamento, segundo o autor, muitas vezes bloqueia a capacidade do aluno, do aprendiz, de aprender essa nova língua, principalmente àqueles que já possuem uma postura crítica contrária a essa concepção de o outro ser melhor.

Nos livros didáticos é fácil perceber a presença de tal ideologia, pois a cultura mostrada nesses livros é frequentemente relacionada aos países de origem da língua alvo e de

países economicamente mais importantes que o nosso no cenário internacional. Não é fácil lembrar-se de alguma informação sobre países pobres de língua inglesa nos livros didáticos em nossas escolas, na maioria das vezes, são sempre relacionados à Inglaterra ou aos Estados Unidos. À Inglaterra pelo fato de ser o berço da língua inglesa, e juntamente com os Estados Unidos por serem países de muito poderio econômico, o que de certa forma os distanciam dos alunos de escolas públicas, geralmente de classe econômica menos favorecida. Nem só esses países têm uma cultura relevante, não podemos levar em conta só a questão econômica na hora de estudar uma língua ou dela fazer uso, pois a cultura por trás dessa língua é muito mais que isso, cada cultura detém sua importância, levando-nos a crer que ensinar e aprender uma língua de um país, levando em conta somente questões de supremacia econômica desse sobre o país do aprendiz, não é uma razão considerada prudente.

Outra ideologia que se percebe é a de que o aprendiz precisa, ao final do processo, ter a mesma fluência de um nativo dessa língua. Isso prejudica muito os alunos que se sentem diminuídos dentro da sala de aula, com a autoestima baixa diante das dificuldades e dúvidas no aprendizado da nova língua, passando a experimentar complexo de inferioridade (RAJAGOPALAN, 2003).

Acreditamos que o verdadeiro propósito de ensinar uma língua estrangeira deve ser formar cidadãos capazes de interagir com pessoas de diversas culturas por meio da língua, o propósito de ensinar línguas deve ser transformar um cidadão comum num cidadão do mundo, mas não transformar um cidadão comum, num cidadão americano ou Inglês, quando, por exemplo, dentro do contexto do ensino da língua Inglesa a esses. Tal interação pressupõe a valorização de todas as línguas, todas as culturas, independente de outras questões como a economia, a supremacia industrial etc.

Nesse contexto, o bilinguismo já não é mais suficiente para cumprir tal objetivo, pois o cidadão do mundo precisa ir além. De acordo com Rajagopalan (2003) isso já se tornou realidade no continente da África e nas comunidades como a União Europeia. Ali já existe o multilinguismo como língua franca. Isso pressupõe que nessas regiões a ideologia da supremacia de uma língua e de uma cultura sobre a outra já se encontra superada e que todas as línguas e culturas são igualmente importantes e devem ser valorizadas.

O fato é que todos esses problemas apontados sobre o ensino de línguas estrangeiras em nossas escolas refletem a má qualidade desse ensino, travando nossos estudantes na busca de melhores perspectivas de aprendizagem e uso da língua aprendida.

Dentro desse contexto, volto novamente a Bakhtin (2004), entendendo que a forma que se ensina línguas em nossas escolas atualmente, contraria sua teoria sobre língua e linguagem, pois o ensino atual ainda se dá de maneira parcial e frágil, fugindo de sua concepção na qual procura focar a língua em sua essência, construindo sentidos através duma interação discursiva.

Com base em autores como Rajagopalan (2003) e Almeida filho (2007), percebe-se que o estudo de línguas nas escolas ainda se encontra fragmentado, dificultando essa construção de sentidos defendidas por Bakhtin (2004), uma vez que outros elementos como a psicologia, por exemplo, precisam estar associados, para que possa haver uma interação discursiva na qual o sentido na aprendizagem em questão, possa ser construído.

Na teoria de Bakhtin (2004), o que importa no estudo da linguagem é o seu caráter interacional enunciativo discursivo e não o mero aspecto formal da língua e isso nem sempre acontece em nossas escolas, nas quais o ensino se dá geralmente de forma descontextualizada, desconsiderando nossa realidade social, nossa cultura, contrariando sua idéia de que: “[...] o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas” (BAKHTIN, 2004, p.92) estendendo tal ideia logo adiante ao também ouvinte.

É evidente que a ideologia do estado, no sentido de que pessoas sem conhecimento são menos problemáticas, também está ai presente, favorecendo a pouca eficácia do nosso ensino, na medida em que não promove um ensino de qualidade nas escolas, em que não oferece suporte ao professor e que não valoriza o professor com bons salários, em que deixa o ensino de línguas para um segundo plano, mesmo que o discurso vigente seja o oposto.

Nesse sentido, Pennycook (1998, p.40) comenta a afirmativa de Fairclough na qual o autor argumenta que, “analisando o modo como o poder e a ideologia estão inscritos no discurso, podemos chegar à consciência crítica da maneira como a língua reflete e constrói a desigualdade social”.

No mesmo contexto, Pennycook afirma ainda que:

Na realidade, enquanto o ensino de língua continuar a trivializar-se, recusando-se a explorar aspectos políticos e culturais da aprendizagem de língua, ele estará mais vinculado à acomodação do que a qualquer noção de acesso ao poder (1998, p.27).

Assim, para que o ensino de línguas saia desse estado de comodismo, faz-se necessário que a sociedade e as autoridades ligadas a educação promovam mudanças no

sentido de valorizar mais os profissionais de ensino, capacitando-os continuamente, valorizando-os financeiramente e munindo as escolas de instrumentos capazes de levar a educação a um patamar mais significativo.

5 Considerações finais

A ideologia é, portanto um instrumento presente no contexto de ensino aprendizagem de línguas nas salas de aula das nossas escolas, apesar de muitos de nós não a percebermos de forma clara, porém, se ao analisarmos melhor as situações descritas aqui, entenderemos que ela existe e influencia consideravelmente a educação em nosso país, quer de forma positiva, quer de forma negativa, de acordo com quem a dissemina, ou seja, muitas idéias baseadas em crenças e valores e tomadas como verdades, se disseminadas correm o risco de transformar para melhor ou pior nossa educação, devendo da nossa parte prestar mais atenção e analisar com mais cuidado cada situação.

Nesse contexto, fica a preocupação, de que o ensino de línguas, sob a ótica de uma língua decifrada e adaptada para a transmissão escolar, de forma fragmentada, numa perspectiva bastante estruturalista, condenada por Bakhtin (2004), não produza o aprendizado satisfatório que todos gostaríamos que acontecesse.

É necessário, pois, refletirmos sobre a questão da ideologia e sua influência na nossa educação e assim desconstruí-la, sempre que sentirmos sua presença na forma negativa, de modo a facilitar a ascensão do ensino de línguas estrangeiras em nossas escolas, aumentando a perspectiva de um futuro melhor para todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Só dessa maneira teremos a oportunidade de inverter a situação do nosso ensino, buscando de forma efetiva a eficácia no aprendizado dos nossos estudantes, suprimindo assim as necessidades de alunos, professores, os pais e toda a sociedade.

6 Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Linguística Aplicada** – Ensino de Línguas e Comunicação. José Carlos Paes de Almeida Filho – 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores e ArteLingua, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem** – problemas fundamentais do método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michael Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. , São Paulo: Hucitec, 2004.

CARPENTIER, Alejo. Literatura e consciência política na América Latina. In: **Literatura e consciência política na América Latina**. Trad. Manoel J. Palmeirin. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1971.

CULLER, Jonathan. **Structural poetics**. London: Routledge and Kegan Paul, 1975.

DONNINE, Livia. **Ensino de Língua Inglesa**/Livia Donnine, Luciana Platero, Adriana Weigel. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. O que é Filosofia da Educação. In: GHIRALDELLI Jr, Paulo. (org). **O que é Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LYRA, Pedro. **Literatura e Ideologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem – de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. Ideologia e ensino de Línguas e Literaturas estrangeiras. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira.(org). **Ensino de Língua Inglesa: reflexões e experiências**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PENNYCOOK, Alastair. A linguística Aplicada dos anos 90: Em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI I. CAVALCANTI M. C. (Orgs). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, Petrópolis: Vozes, 2002.

RESUMO

Chamamos neste artigo a atenção para as questões de ideologia, sua ligação com o ensino de Língua Estrangeira em nossas escolas, em especial a Língua Inglesa, o seu modo operante e sua influência no processo de ensino-aprendizagem, pois embora a ideologia esteja presente no contexto cotidiano de sala de aula, muitas vezes não nos damos conta dela, o que leva a reflexos no ensino-aprendizagem do nosso sistema educacional. Nosso objetivo é alertar e levar o leitor a uma reflexão sobre o assunto, de forma a entender melhor o motivo pelo qual o ensino de línguas se encontra deficiente em nossas escolas, bem como contrapor ideias a certos componentes ideológicos presentes nesse contexto de ensino-aprendizagem e das pessoas a ele relacionadas. Os autores que serviram de apoio para esse trabalho foram escolhidos por apresentarem questões pertinentes ao tema e levantarem questionamentos oportunos e condizentes com a realidade atual, entre eles Thompson (2002), Rajagopalan (2003), Bakhtin (2004) e Almeida Filho (2007). Seus argumentos favorecem uma educação de qualidade, nosso desejo maior.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia. Ensino de Língua Estrangeira. Escola de ensino fundamental e médio.

ABSTRACT**IDEOLOGIES AND THE FOREIGN LANGUAGE TEACHING IN EDUCATION
SCHOOLS ELEMENTARY AND MIDDLE IN OUR COUNTRY**

In this article, we call attention to questions of ideology, its connection with the teaching of foreign language in our schools, especially the English Language, its way of acting, and its influence on teaching and learning, because although the ideology is present in the everyday classroom, often we do not realize it, which leads to reflections on teaching and learning in our educational system. Our purpose of work is to alert and take the reader to reflect about the subject, and understand why the teaching of languages is deficient, and also opposing ideas to certain ideological components present in the context of teaching and learning and people related to this subject. We chose the following authors because they exhibit important questions with our reality. The authors are Thompson (2002), Rajagopalan (2003), Bakhtin (2004) e Almeida Filho (2007), and others. Their arguments favor a quality education, our greatest wish.

KEYWORDS: Ideology. Teaching of Foreign Language. Elementary and High School.